

Soraia Faria

Para: NuBISA
Assunto: RE: Participação Pública - Projeto de Decreto Legislativo Regional nº31/XIII (PS)

De: NuBISA <nubioisa@gmail.com>
Enviada: 23 de abril de 2025 19:44
Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>
Assunto: Participação Pública - Projeto de Decreto Legislativo Regional nº31/XIII (PS)

Exmos. Senhores,

Enquanto Núcleo de estudantes de Biologia do Instituto Superior de Agronomia (NuBISA), vimos expressar a nossa profunda preocupação e oposição ao Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), que visa alterar a legislação responsável pela criação do Parque Marinho dos Açores.

Esta proposta põe em causa os avanços conquistados na proteção da vida marinha nos últimos anos. Num contexto global de emergência climática e de perda acelerada da biodiversidade, desclassificar áreas protegidas seria um grande erro com impactos potencialmente irreversíveis. O momento atual exige mais ação e ambição na conservação, e não medidas que fragilizam o património natural.

Acreditamos que as Áreas Marinhas Protegidas não devem ser instrumentalizadas como armas políticas. A destruição dos oceanos causada pela atividade humana é grave, e 190 países já reconheceram a importância destas áreas. Restaurar a biodiversidade marinha não é uma escolha, é uma necessidade. As zonas totalmente protegidas não só aumentam a resiliência dos ecossistemas como também ajudam na pesca, ao permitir a recuperação das populações de peixes que se dispersam para áreas vizinhas. Quando é tão importante seguir em frente, voltar atrás é inaceitável.

Estamos de acordo com a iniciativa **Blue Azores**, que promove um modelo de desenvolvimento sustentável ancorado na valorização e proteção dos ecossistemas marinhos. O projeto em causa ignora o extenso trabalho técnico e científico que fundamentou a criação destas áreas, comprometendo não só o futuro ambiental da região, mas também o seu bem-estar socioeconómico e o reconhecimento internacional conquistado pelos Açores enquanto exemplo de conservação.

Na nossa qualidade de estudantes de biologia, e cidadãos atentos, temos como ambição a preservação do território nacional, e esta proposta de pesca dentro de uma área marinha protegida é um total retrocesso a todas as conquistas que Portugal tem realizado no âmbito da preservação de território nacional. Esta proposta ser ponderada só demonstra a importância que as zonas protegidas são para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA).

Queremos ainda destacar a importância de todos os seres vivos, especialmente de espécies chave no ecossistema dos Açores, como é o caso do atum, uma vez que:

(1) São predadores no topo das cadeias alimentares, que se alimentam de uma variedade de presas, sendo, também, alimento de outros predadores de topo, como tubarões ou mamíferos marinhos. Desempenham, assim, um papel importante na manutenção da estabilidade, funcionamento e resiliência dos ecossistemas oceânicos. A pesca, nomeadamente de grandes predadores, interfere com estas interações naturais predador-presa, provocando efeitos de cascata nas teias alimentares que levam a desequilíbrios na estrutura dos ecossistemas e, por consequência, a perdas de funções

e serviços dos mesmos.

(2) Através do seu comportamento predatório, as espécies de atum também promovem outras interações complexas — ao concentrar os cardumes de pequenos peixes, como o chicharro, junto à superfície, os atuns contribuem para a alimentação de aves marinhas, mamíferos marinhos e tubarões, entre outros, tal como demonstrado através de estudos da Universidade dos Açores.

(3) Enquanto migradores entre ambientes oceânicos, transportam nutrientes entre a superfície e as zonas mais profundas, contribuindo para o ciclo de nutrientes e, potencialmente, para o ciclo de carbono no oceano.

Posto isto, o desequilíbrio destas populações, poderá ter consequências ecológicas e económicas dramáticas, incluindo o colapso das quotas de pesca nacionais.

Por estas razões, apelamos à rejeição do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS). Proteger o mar dos Açores é garantir o futuro das suas comunidades, da biodiversidade, e da posição de Portugal como referência mundial na conservação da natureza.

Com os melhores cumprimentos,

NuBISA - Núcleo de estudantes de Biologia do ISA

